

1 Introdução

Neste **Termo de Uso**, o **USUÁRIO** do produto **Documentos Digitais** encontrará informações sobre: o funcionamento do serviço e as regras aplicáveis a ele; o arcabouço legal relacionado à prestação do serviço; as responsabilidades do **USUÁRIO** ao utilizar o serviço; as responsabilidades da **CELEPAR** ao prover o serviço; informações para contato caso exista alguma dúvida ou necessidade de atualizar informações; e o foro responsável por eventuais reclamações caso questões deste Termo de Uso tenham sido violadas.

Na **Política de Privacidade de Dados Pessoais** do produto **Documentos Digitais** estarão informações sobre o tratamento dos dados pessoais e a sua finalidade; quais os dados pessoais necessários para a prestação do serviço; a forma como eles são coletados; se há compartilhamento de dados com terceiros; e quais as medidas de segurança implementadas para proteger os dados.

2 Condições do Aceite

Ao acessar ou usar o produto, o **USUÁRIO** concorda que leu e compreendeu os termos de uso e condições abaixo e concorda em estar dentro dos limites traçados por eles e em cumprir com todas as normas aplicáveis e regulamentos relacionados com seu uso. Este termo constitui um acordo obrigatório e exigível entre a **CELEPAR** e o **USUÁRIO** do produto. É um contrato de obrigações legais relativa a utilização do produto.

Ao aceitar os Termos de Uso, o **USUÁRIO** atesta que toda e qualquer informação fornecida ao produto é verdadeira e correta. **O fornecimento de qualquer informação falsa ou fraudulenta é estritamente proibido.**

Além do aceite acima, o **USUÁRIO** deve conhecer as Políticas de Privacidade de Dados Pessoais do produto **Documentos Digitais**.

3 Descrição do Produto

O produto **Documentos Digitais** é uma solução de software como objetivo a gestão eletrônica de documentos físicos digitalizados ou de origem eletrônica, assinados digitalmente com garantia de valor jurídico de autenticidade e integridade, permitindo o descarte seguro dos documentos físicos originais dependendo da classificação do documento. É o produto ideal para clientes que possuem grandes volumes de documentos físicos a serem digitalizados ou com acervo de documentos eletrônicos gerados em outros sistemas a serem mantidos disponíveis para gestão arquivística documental.

4 Legislação Relacionada ao Termo de Uso

- Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 – Marco Civil da Internet – Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.
- Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 – Lei de Acesso a Informação – Regula o acesso à informação previsto na Constituição Federal.
- Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017 – Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública.
- Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD – Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais com o objetivo de proteger os direitos de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.

4.1 Regulamentação Específica Relacionada ao Produto

- Lei Federal 8159/1991, dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;
- Resolução CONARQ 20/2004, dispõe sobre a inserção dos documentos digitais em programas de gestão arquivística de documentos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos;
- Resolução CONARQ N. 25/2007, dispõe sobre a adoção do Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos pelos órgãos e entidades

integrantes do Sistema Nacional de Arquivos;

- Lei Federal 13.874/2019, sobre a validade legal de documentos eletrônicos;
- Decreto da União 10.278/2020, a respeito das técnicas empregadas e requisitos para digitalização de documentos;
- Lei Federal 13.787/2018, sobre a digitalização de prontuário de paciente com descarte de dos documentos físicos originais;
- Resolução CFM 1.821/2007, quanto a assinatura eletrônica padrão ICP-Brasil em prontuários de pacientes digitalizados;
- Lei Federal 14.063/2020, a respeito dos tipos de assinaturas eletrônicas em saúde;
- Decreto da União 10.278/2020, que estabelece técnicas e requisitos para digitalização de documentos públicos e privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

5 Acesso ao Produto

O acesso ao produto é realizado através da **Componente Sentinela Autenticação** autenticando por login e senha cadastrados pelo próprio **USUÁRIO** do produto. Os perfis de acessos são diferenciados por grupos configurados pela **CELEPAR** via **Componente Sentinela Administrativo**. O acesso dos usuários aos grupos são gerenciados pelo **ADMINISTRADOR LOCAL** do produto no **CLIENTE**, ou pela **CELEPAR** quando optado pelo cliente.

O **USUÁRIO** do produto é formalmente responsável por manter confidencialidade sobre os dados de acesso de sua conta. O **USUÁRIO** concorda em aceitar sua responsabilidade por todas as atividades que forem realizadas a partir do acesso por sua conta pessoal. O **USUÁRIO** é encorajado a proceder a alteração de sua senha pessoal quando houver suspeita de conhecimento por terceiros.

O login e senha só poderão ser utilizados pelo **USUÁRIO** cadastrado. O **USUÁRIO** se compromete em manter o sigilo da senha, que é pessoal e intransferível, não sendo possível, em qualquer hipótese, a alegação de uso indevido após o ato de compartilhamento.

6 Direitos e Responsabilidades

6.1 Direitos e Responsabilidades do Usuário

O **USUÁRIO** do produto possui os seguintes direitos, conferidos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais — LGPD:

(i) **Direito de confirmação e acesso (Art. 18, I e II):** é o direito do usuário de obter do serviço a confirmação de que os dados pessoais que lhe digam respeito são ou não objeto de tratamento e, se for esse o caso, o direito de acessar os seus dados pessoais.

(ii) **Direito de retificação (Art. 18, III):** é o direito de solicitar a correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados.

(iii) **Direito à limitação do tratamento dos dados (Art. 18, IV):** é o direito do usuário de limitar o tratamento de seus dados pessoais, podendo exigir a eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

(iv) **Direito de oposição (Art. 18, § 2º):** é o direito do usuário de, a qualquer momento, se opor ao tratamento de dados por motivos relacionados com a sua situação particular, com fundamento em uma das hipóteses de dispensa de consentimento ou em caso de descumprimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados.

(v) **Direito de portabilidade dos dados (Art. 18, V):** é o direito do usuário de realizar a portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial.

(vi) **Direito a revisão de decisões automatizadas (Art. 20, LGPD):** o titular dos dados tem direito a solicitar a revisão de decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses, incluídas as decisões destinadas a definir o seu perfil pessoal, profissional, de consumo e de crédito ou os aspectos de sua personalidade.

(vii) **Direito do acesso à informação (Lei 12.527 – Lei de Acesso à Informação):** É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

(viii) **Direito do respeito à intimidade (Constituição Federal, Art. 5º, X) -** O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimida-

de, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais.

O **USUÁRIO** se responsabiliza pela precisão e veracidade dos dados informados e reconhece que a inconsistência destes poderá implicar a impossibilidade de se utilizar o produto, sendo responsável pela atualização dos seus dados pessoais e pelas consequências em caso de omissão ou erros nos dados fornecidos.

O **USUÁRIO** é responsável pela reparação de todos e quaisquer danos, diretos ou indiretos (inclusive decorrentes de violação de quaisquer direitos de outros usuários; de terceiros, inclusive direitos de propriedade intelectual; de sigilo; e de personalidade), que sejam causados à **CELEPAR**, a qualquer outro usuário, ou ainda a qualquer terceiro, inclusive em virtude do descumprimento do disposto nestes Termos de Uso e Política de Privacidade de Dados ou de qualquer ato praticado a partir de seu acesso ao produto.

O uso comercial das expressões utilizadas no produto como marca, nome empresarial ou nome de domínio, além dos conteúdos do serviço, assim como os programas, bancos de dados, redes e arquivos que permitem que o **USUÁRIO** acesse sua conta, estão protegidos por leis e tratados internacionais de direito autoral, marcas, patentes, modelos e desenhos industriais.

Ao acessar o produto, o **USUÁRIO** declara que respeitará todos os direitos de propriedade intelectual e os decorrentes da proteção de marcas, patentes e/ou desenhos industriais, depositados ou registrados em, bem como todos os direitos referentes a terceiros que porventura estejam, ou estiverem de alguma forma, disponíveis no produto. O simples acesso ao produto não confere aos usuários qualquer direito ao uso dos conteúdos como: nomes, títulos, palavras, frases, marcas, patentes, imagens, dados e informações, dentre outras, que nele estejam ou estiverem disponíveis no produto.

A reprodução dos conteúdos descritos anteriormente está proibida, salvo com prévia autorização por escrito ou caso se destinem ao uso exclusivamente pessoal e sem que em nenhuma circunstância os usuários adquiram qualquer direito sobre esse conteúdo.

É vedada a utilização do produto para finalidades comerciais, publicitárias ou qualquer outra que contrarie a finalidade para a qual foi concebido, conforme definido neste documento, sob pena de sujeição às sanções cabíveis na Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que protege os direitos autorais no Brasil.

O **USUÁRIO** assume toda e qualquer responsabilidade, de caráter civil e/ou criminal, pela utilização indevida das informações, textos, gráficos, marcas, imagens, enfim, todo e qualquer direito de propriedade intelectual ou industrial do produto.

Em nenhuma hipótese, a **CELEPAR** será responsável pela instalação, no equipamento do **USUÁRIO** ou de terceiros, de códigos maliciosos (vírus, *trojans*, *malware*, *spyware*, ou de quaisquer outros que venham a ser criados), em decorrência da navegação na Internet pelos usuários do produto.

6.2 Direitos e Responsabilidades da Celepar

A **CELEPAR** se compromete a cumprir todas as legislações inerentes ao uso correto dos dados pessoais dos usuários de forma a preservar a privacidade dos dados utilizados no produto, bem como a garantir todos os direitos e garantias legais dos titulares dos dados. Ela também se obriga a promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

É de responsabilidade da **CELEPAR** implementar controles de segurança para proteção dos dados pessoais dos titulares.

A **CELEPAR** poderá, quanto às ordens judiciais de pedido das informações, compartilhar informações necessárias para investigações ou tomar medidas relacionadas a atividades ilegais, suspeitas de fraude ou ameaças potenciais contra pessoas, bens ou serviços que sustentam o Produto ou de outra forma necessárias para cumprir com obrigações legais. Caso ocorra, os titulares dos dados serão notificados pelo **ADMINISTRADOR LOCAL** do produto no **CLIENTE**, salvo quando o processo estiver em segredo de justiça.

Os dados obtidos e coletados serão tratados conforme estabelecidos na política de privacidade deste produto.

7 Aspectos Legais

O presente termo de uso será interpretado e regido de acordo com as leis e regulamentos da República Federativa do Brasil e quaisquer disputas judiciais oriundas do presente termo de

uso deverão ser submetidas ao Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – Estado do Paraná.

Caso alguma condição ou restrição, termo ou disposição do presente termo de uso seja declarada nula por decisão judicial, transitada em julgado, tal nulidade não se estenderá as demais condições, restrições, termos ou disposições aqui previstas, as quais permanecerão em pleno vigor e efeito.

A falta de aplicação de medidas restritivas ou na comunicação de irregularidades por parte da **CELEPAR** ou de terceiros, por violação aos termos do presente termo de uso, não será considerado como novação ou renúncia em relação a qualquer violação futura, seja semelhante ou não.

8 Mudanças no Termo de Uso

A **CELEPAR** se reserva o direito de modificar, a qualquer momento, as presentes normas, especialmente para adaptá-las às evoluções do produto **Documentos Digitais**, seja pela disponibilização de novas funcionalidades do produto, seja pela supressão ou modificação daquelas já existentes.

Qualquer alteração e/ou atualização do Termo de Uso passará a vigorar a partir da data de sua publicação no sítio do produto e deverá ser integralmente observada pelos usuários.

Última atualização: 09 de Fevereiro de 2023.